Arquivos do Museu Nacional, Rio de Janeiro, v.64, n.3, p.203-213, jul./set.2006
ISSN 0365-4508

# "SER PANELEIRA NÃO É BRINCADEIRA" - ESTRATÉGIAS DE ASSOCIAÇÃO POLÍTICA NA CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA PROFISSIONAL [1]

CARLA DA COSTA DIAS [2]

RESUMO: Este artigo trata do processo de institucionalização do trabalho artesanal das paneleiras de Vitória (ES) e da construção simultânea de uma categoria e de uma identidade sócio-profissional, a partir da formação da Associação das Paneleiras no início da década de 1990, com o apoio da Secretaria de Ação Social, no governo do Partido dos Trabalhadores.

Palavras chave: Identidade social. Associação. Tradição. PT. Artesanato.

ABSTRACT: "It's not easy to be a pot-maker". Strategies for Political Association and the Construction of a Professional Category.

This paper analizes the institutionalization process of a potter's tradition and its construction as a social category and a professional identity, both made possible with the creation of the Women Potters' Association in the early 1990s, with the support of the Social Affairs Secretary during the Workers' Party (PT) city administration.

Key words: Social identity. Association. Tradition. Workers' Party. Handcrafts.

## INTRODUÇÃO

Às margens do manguezal, em Goiabeiras Velha, as Paneleiras de Goiabeiras fabricam panelas de barro. Elas assim se reconhecem, se diferenciam e se identificam.

A criação de uma associação propicia o recebimento de benefícios e doações, a geração de recursos e uma outra maneira de se inscrever no mundo, uma maneira coletiva, secularizada e institucionalizada que, para as Paneleiras de Goiabeiras, representou uma mudança no significado e na forma como viviam suas relações de trabalho, domésticas e familiares, as relações de vizinhança e aquelas de caráter mais amplo, como as relações com a política regional. Hoje, ser Paneleira significa ocupar um determinado lugar na sociedade, lugar que não existia e que foi construído pelos sujeitos que o ocupam, em um processo apoiado por órgãos da administração municipal e estadual[3].

Este trabalho tem o propósito de apresentar a dinâmica social em que ocorreu a criação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras (APG) em 1987 e a posterior cooperação do Estado através do Departamento de Apoio ao Trabalhador (DAT) da Prefeitura de Vitória, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) nos anos 1989-1992. Pretende apresentar também algumas estratégias que foram incorporadas pelas Paneleiras, a partir do trabalho político e social realizado no período citado por agentes da administração municipal para a estruturação da Associação das Paneleiras de Goiabeiras. Os primeiros contatos com o grupo foram no ano de 1993. O trabalho de campo foi realizado em dois períodos, julho de 1996 e agosto de 1997[4].

A Prefeitura do PT deu uma contribuição fundamental para a construção da identidade de Paneleira, que ganhou novos contornos devido à dinâmica criativa do grupo. Inicialmente com

---

[1] Submetido em 13 de junho de 2003. Aceito em 04 de julho de 2006.
Este trabalho baseia-se em dissertação de mestrado apresentada à Escola de Belas Artes/UFRJ, área de Antropologia da Arte, em 1999, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima (PPGAS/MN/UFRJ). A pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com bolsa de estudos entre março de 1996 e agosto de 1998

[2] Museu Nacional/UFRJ, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, 20940-040, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Pesquisadora do LACED-MN/UFRJ e Estagiária no Setor de Etnologia do Museu Nacional (2003/04), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, onde desenvolveu pesquisa para tese de doutoramento do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/EBA/UFRJ). Rua General Cristóvão Barcelos, 280/203, 22245-110, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

[3] Em 1989 Vitor Buaiz, do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a Prefeitura de Vitória apoiado por uma frente ampla: PT; PSB; PCB; PCdoB; PH e PSDB. Em 1994, ainda filiado ao partido dos Trabalhadores, Buaiz foi eleito governador do Espírito Santo.

[4] Outras incursões de curta duração foram realizadas em períodos posteriores, sendo que a última ocorreu em abril de 2002, na ocasião da festa da posse da nova diretoria da Associação das Paneleiras.

alcance municipal, seus resultados se entrelaçaram com a política cultural do Estado[5].

Este processo se situa, portanto, num contexto de mudança. Estas mudanças dizem respeito ao significado das práticas do trabalho, que antes era percebido como destituído de valor; à remuneração pelo trabalho, pois a renda era pouco significativa; à percepção social da identidade de Paneleira, visto que esta atividade não era considerada uma categoria profissional[6]. A produção artesanal das panelas era uma atividade secundária, realizada no tempo livre, e pertencia ao ambiente doméstico e a um conjunto de atividades como cuidar da casa e da família. Possuía características familiares e era vendida a compradores locais em feiras e mercados locais. A atuação dos agentes da prefeitura foi direcionada à organização do grupo, que até então não se percebia como tal, e à valorização do trabalho, ao qual foi agregada a noção de "bem cultural". A partir de então, a panela passa a ser reconhecida como produto de um trabalho singular, que produz um bem que simboliza uma identidade e um valor cultural regional.

Muitas vezes, no processo de institucionalização, torna-se necessário inventar uma continuidade histórica, através, por exemplo, da criação de um passado que extrapole a continuidade histórica real, como uma busca de origem (Hobsbawn, 1997). Berger & Luckman (1996), ao explorar o conceito de sedimentação coletiva, ressaltam a invenção de uma origem como um item da tradição. Na construção de sua identidade, as Paneleiras buscaram fundar sua autenticidade em três eixos: o território, o modo de fazer as panelas e o barro, matéria-prima utilizada na fabricação. Estes três elementos atestavam a autenticidade do grupo e, em conseqüência, das panelas. A autenticidade foi uma estratégia na construção desta identidade que se constituía frente a outros grupos dispersos que também fabricavam panelas, enfatizando os vínculos com o passado de modo a legitimar o lugar desta identidade de grupo. A permanência foi uma categoria chave para que a tradição das paneleiras fosse reconhecida como atributo de valor cultural (Dias, 1999).

A ação da Prefeitura do PT criou as bases para uma aliança fundamental na formação do grupo e na organização das mulheres em torno de uma identidade profissional com extensas raízes culturais.

## As primeiras mudanças: o lugar se constitui como território

Na história da "tradição" das Paneleiras, a ocupação de determinados espaços geográficos foi uma forma de demarcar sua existência social. A base territorial fixa é a chave para a compreensão das mudanças sociais, pois ela afeta o funcionamento e a significação das manifestações culturais (Oliveira Filho, 1998)[7]. Ao definir a noção de territorialização, o autor trata de uma reelaboração da relação com o passado por parte dos que demarcam a ocupação, em que os recursos ambientais são também reestruturados. Deste modo, a ocupação de uma área pode ser vista como um aspecto da permanência do grupo e de modos de fazer.

Goiabeiras Velha é como os moradores denominam o trecho de quatro ruas circunscritas por um manguezal e pela avenida que corta o bairro de Goiabeiras. A denominação "Goiabeiras Velha" é uma forma de identificar e marcar território e legitimar a antiguidade da ocupação: Goiabeiras Velha é o lugar da autêntica panela de barro. Situado na região Norte, onde houve uma expansão da malha urbana, um dos componentes que demarcam a ocupação espacial é o mangue. Sua área diminuiu devido a inúmeros aterros, e ele foi via de acesso e fonte de sustento para muitas famílias. Algumas mulheres que hoje são Paneleiras foram catadoras de ostras e caranguejos. As transformações físicas provocadas pelo intenso processo de urbanização nas décadas de 1970 e 1980 provocaram fortes mudanças no espaço, mas foram mantidas características físicas que reforçam a idéia de permanência, principalmente nas referências ao ambiente natural, ainda marcado pelo manguezal e sua paisagem renovada pelas marés.

---

[5] Quando era Governador do Estado, Buaiz promulgou a Lei n. 5566, art. 1º: "Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Paneleiras de Goiabeiras". (**Diário Oficial**, 31/12/1997).

[6] Inicialmente as panelas destinavam-se ao consumo local: os produtores também as usavam, embora depoimentos de Paneleiras mais velhas apontem que sempre foram feitas para vender. Os compradores eram consumidores ou pequenos comerciantes que revendiam as panelas.

[7] O autor define territorialização como um processo de reorganização social que implica em: 1) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) constituição de mecanismos políticos especializados; 3) redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Ao expandir-se, a malha urbana englobou Goiabeiras, tornando-a acessível aos compradores e causando um aumento na produção e venda das panelas de barro, que passaram a ser consumidas como um produto "típico" da região: a panela onde é preparada e servida a Moqueca Capixaba. As panelas passaram a ser apreciadas e comercializadas por uma nova rede de mercadores: lojas de artesanato, turistas com seus *souvenirs* e restaurantes que servem a moqueca, os maiores compradores por participarem da rede de turismo. As panelas foram então "descobertas" e suas produtoras "reveladas". Neste contexto de crescente demanda, a pequena produção familiar feita nos quintais entre uma ou outra tarefa doméstica foi modificada e ganhou novos contornos e novos modos de organização e produção.

Enquanto algumas Paneleiras perderam seus quintais, cedendo lugar a novas construções para abrigar parentes, outras se organizaram para ampliá-los de modo a atender à demanda crescente, dando início a uma produção em média escala. Nesta ocasião, dois produtores passaram a empregar Paneleiras, as quais, ao invés de vender o produto de seu trabalho, passaram a vender sua força de trabalho e o "saber fazer" panelas. Encarregadas de uma determinada etapa de confecção, as assalariadas passaram a vender uma produção inacabada e perderam o domínio sobre o processo como um todo, principalmente o acesso à matéria-prima e a venda e o contato com os compradores[8].

A Associação das Paneleiras de Goiabeiras foi criada e registrada em março de 1987, por iniciativa de uma vereadora do Partido Democrático Trabalhista (PDT)[9], que via a associação como uma forma para obter recursos para as paneleiras e uma entidade que representasse os interesses das artesãs. Conforme o estatuto, trata-se de uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de "mobilizar, integrar e conscientizar as Paneleiras para o exercício de seus direitos; buscar melhores condições de trabalho; construir sede própria, com galpão para o funcionamento da administração, depósito, produção e comercialização e promover e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que está inserida, através da sensibilização, mobilização e integração de esforços da população local e poderes públicos". O estatuto dispõe que o corpo diretor deve ser formado por presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário e tesoureiro.

A Associação tinha 104 associadas em 1999, número que cresceu continuamente desde sua criação, quando foram cadastradas 75 artesãs. Uma das razões para o crescimento é que a organização associativa permite ocupar um lugar na política cultural estadual e municipal.

## Tornando-se Paneleira de Goiabeiras: a prefeitura petista

O trabalho da Prefeitura do PT (1989-1992) buscou organizar os trabalhadores informais. Entre 1990 e 1992, a Secretaria Municipal de Ação Social (SEMAS) iniciou uma colaboração com as Paneleiras, como parte de um projeto da Divisão de Apoio ao Trabalhador (DAT) com organizações populares de Vitória ligadas à economia informal. O projeto procurou conhecer a realidade destes grupos, suas especificidades, necessidades e propostas, para fortalecê-los mediante estratégias de ação conjunta. As Paneleiras se destacavam pelo conteúdo cultural de seu trabalho, o que deu contornos particulares à atuação do DAT e levou à integração com outras secretarias municipais[10].

A partir do levantamento inicial da SEMAS, a cargo de uma assistente social, as mulheres apresentaram sua principal demanda, que incluía apoio para a organização da associação já fundada e questões relacionadas ao cotidiano do trabalho, tais como acesso à matéria-prima e transporte da mesma, espaço para trabalhar etc. As Paneleiras levantaram questões ligadas aos significados materiais e simbólicos e à sua identidade individual e coletiva, como a formação de fato do grupo. A equipe da SEMAS formou uma comissão de trabalho para reformular o estatuto, para que expressasse os anseios coletivos e fosse um instrumento legítimo desta "categoria social" que permitisse criar condições e estímulos fortes para

[8] O primeiro homem Paneleiro foi quem implantou este novo sistema. Outra paneleira, D. Melcheadia, também aproveitou o aumento da demanda para transformar seu quintal num ponto de venda e produção e empregou as sobrinhas, ensinando-lhes a arte de fazer panelas.

[9] Segundo depoimentos de algumas artesãs, a vereadora mantinha um contato pessoal e eventual com algumas artesãs, principalmente com D. Melcheadia.

[10] A estrutura municipal responsável pelo trabalho tinha à frente a Secretaria Especial Municipal de Ação Social (SEMAS), onde estava o Departamento de Incentivo ao Trabalho (DIT), e neste a Divisão de Apoio ao Trabalhador (DAT), na administração Frente Vitória do Partido dos Trabalhadores, sendo prefeito Vítor Buaiz e Secretária Maria Nazareth Motta Liberato. Outros grupos identificados como trabalhadores informais foram inseridos no programa: as catadoras de Siri e um grupo que fabricava vassouras.

a organização da identidade de grupo. A partir de um intenso convívio com as mulheres, a equipe da prefeitura identificou desigualdades na organização e na divisão social do trabalho, já que a maior parte das artesãs, apesar de terem domínio de seu fazer, não eram donas de sua produção. Na medida em que todas sabiam fazer, por quê não eram donas do próprio trabalho? A partir deste questionamento, as mulheres começaram a colocar em xeque a estrutura de poder na Associação. Fortalecidas pelo apoio da SEMAS, algumas Paneleiras formaram uma chapa de oposição para concorrer à diretoria. A presidente da Associação, em seu segundo mandato, empregava muitas mulheres, inclusive suas sobrinhas, que ansiavam por reconhecer-se como Paneleiras, independentes e autônomas, ou seja, donas do produto de seu trabalho. À relação de poder econômico se sobrepunham as relações de parentesco. Apoiada pela equipe da Prefeitura, a chapa de oposição vence com uma expressiva margem de votos, conseguindo reunir o grupo em torno de uma nova proposta que incluía a participação, os interesses coletivos e uma nova estrutura para as relações sócio-profissionais[11]. A SEMAS prestou assessoria à nova diretoria para a elaboração do regimento interno e realizou um seminário de formação e gerenciamento da Associação. Este apoio incluiu a intermediação junto a outras secretarias municipais e estaduais, visando à obtenção de melhorias, e a ampliar o apoio ao grupo[12]. Depois de garantida a institucionalização da categoria através da estruturação da Associação, o grupo reivindicou um espaço de trabalho coletivo, um Galpão que atendesse à necessidade de grande parte das mulheres que não tinham mais espaço em casa para trabalhar e por isto buscavam outras atividades ou eram obrigadas a trabalhar para outras Paneleiras. Esta foi a principal reivindicação das mulheres quando formaram a Associação, já que um primeiro Galpão de trabalho, construído pelo governo anterior, não era suficientemente amplo, pois não comportava as fogueiras para a queima das panelas, nem suficientemente coletivo, pois lá só cabiam as mulheres escolhidas pela presidente. Além disso, o Galpão estava instalado em um terreno não legalizado[13]. A nova administração municipal, junto com as Paneleiras, cuidou para que o terreno fosse legalizado. As negociações com o governo do Estado para a concessão da área foram intensas. O segundo passo foi aumentar a área de aterro para criar espaço para um novo Galpão amplo e coletivo, que foi inaugurado em 1992. O território se amplia, o espaço ganha uma representação simbólica do movimento que as mulheres começam a empreender em relação ao seu fazer, um movimento de conquista e posse do trabalho.

A construção do espaço de trabalho, espaço físico que demarca a existência do corpo social, contribuiu para fortalecer o grupo e a autonomia, tanto coletiva quanto individual.

## O Dia da Paneleira é dia de festa

> *"A Associação foi assim: tinha uma mulher aí, da secretaria, que há muito tempo tinha vontade de fazer a associação, mas o pessoal nunca se entrosava. Um dia chegou uma mulher que ia ser vereadora, deputada, não sei, ela inventou fazer a associação e fez. Ela foi lá, fizemos uma reunião, tinha umas quatro, cinco Paneleiras: vamos botar em votação, quem vai ficar para presidente, aí ficou a mim, aí a gente continuou. Fiquei uns quatro anos, mas não era como agora, a gente trabalhava cada um para si, quando tinha uma ajuda aqui eu ajudava eles, dava uma lenha, dava um barro, quando a pessoa às vezes não podia comprar uma coisa eu ajudava, mas eu mesma, nada assim dado pela prefeitura. Agora de uns tempos para cá, que mudou muito, melhorou. Aí inventamos uma festa. Depois eu entreguei à Marinete, teve votação, votaram para ela, ela ficou. Viajar a gente viajava, a secretaria viajava com as panelas nossas."* (Melcheadia, 1997)

O trabalho da Prefeitura junto às paneleiras adquiriu novos contornos quando, às questões iniciais do cotidiano de trabalho somaram-se aquelas relativas

[11] Marinete candidatou-se à presidência, concorrendo com sua tia, a então presidente, para quem ela trabalhava. No início Marinete contou com o apoio da tia, que não percebeu o caráter emancipatório da candidatura, julgando que os laços de trabalho e parentesco fossem predominantes e que, se a sobrinha fosse eleita, seria mantida a mesma estrutura hierárquica vigente. Ao ser eleita a sobrinha, o rompimento afetou as relações familiares.

[12] Of. Env. SEMAS/GAB- Nº 177/90, de 23 de novembro de 1990, ao Secretário de Estado do Trabalho de Ação Social.

[13] A obra do primeiro Galpão foi realizada um ano após a criação da Associação e no último ano de mandato do prefeito Hermes Laranja (PDT). O primeiro Galpão foi construído em um terreno de Marinha, às margens do mangue, e era constantemente encharcado pela maré, o que dificultava o acesso e, principalmente, o trabalho, já que precisavam de uma área livre para queimar e espalhar as panelas para secar.

à política cultural, já que a existência de um artesanato fora oficialmente reconhecida. A estratégia da SEMAS constituiu na valorização do trabalho das mulheres e seu papel como produtoras de um símbolo do artesanato capixaba. Até então elas não se reconheciam desta forma. O significado da panela de barro para a cultura regional estava associado somente ao alimento nela preparado e servido, a moqueca. A Prefeitura apoiou as iniciativas do grupo, para que as mulheres se reconhecessem e se valorizassem como uma categoria profissional dotada de atributos inscritos historicamente, na tradição criada por elas. Partiu-se do pressuposto de que a panela existia porque era feita por elas e não por outras pessoas; eram elas as legítimas, autênticas e únicas produtoras. A panela não existiria em si, mas como produto de um sistema no qual as mulheres estavam inscritas, de forma que pensar em panela era pensar em Paneleira e reconhecer a panela como símbolo era reconhecer as mulheres como artesãs.

Como Paneleiras, elas queriam divulgar e comercializar diretamente seus produtos. Isto significava uma mudança de referencial, uma mudança de lugar, pois anteriormente elas não apareciam, eram os seus produtos que ganhavam o mundo, sem que elas acompanhassem sua trajetória. As Paneleiras queriam ser reconhecidas como produtoras do que já era conhecido (a panela para a moqueca), mas agora queriam a panela junto da Paneleira, queriam a divulgação pública deste lugar e do papel que elas ocupavam[14]. Foi então organizada, em 1990, a Festa das Paneleiras, com apoio da Secretaria de Turismo da Prefeitura e de outras secretarias.

O objetivo da festa era divulgar o trabalho das Paneleiras e vender seus produtos: panelas, caldeirões, assadeiras etc. Tratava-se de um evento das Paneleiras, mas que ia além delas. A equipe da prefeitura adotou uma postura de apoio e não de gerenciamento, isto é, a festa foi pensada pelas mulheres, que constituíram um grupo de trabalho e assumiram a coordenação do evento. A festa comemorou também a posse da nova diretoria. Como assinalou Julimar França, assistente social da SEMAS, "o evento tem por objetivo divulgar a arte 'secular' das Paneleiras e também reestruturar a associação das artesãs"[15].

A Festa das Paneleiras ocorre em julho, quando também é comemorado o Dia da Paneleira. A festa passou a ser oficial, gerenciada pela Secretaria de Cultura e Turismo da Prefeitura com o apoio das mulheres. Desta forma, as Paneleiras vêm traçando seu caminho no contexto cultural da cidade, que envolve interesses das instituições municipais e os seus, pois a elas interessa serem incluídas no calendário oficial de eventos da cidade, garantindo a manutenção do espaço que conquistaram. A festa envolve, portanto, três modalidades de interesses distintos: os da Prefeitura e sua política cultural, os das Paneleiras como produtoras culturais e os dos consumidores, que usufruem as apresentações musicais e as atividades de uma festa popular, com barraquinhas, jogos e comidas[16]. O Galpão converte-se em um cenário, onde as mulheres são protagonistas de reportagens, gravações, entrevistas e fotografias para divulgação do evento. O período da festa, mesmo com o cansaço e as intensas disputas e conflitos que o cercam, é para elas um espaço político-social conquistado. A visita dos políticos pode ser pensada como uma forma de manipulação mútua, já que interesses de ambas as partes regem esta dinâmica. O Galpão pode ser visto como um "estabelecimento social" (Goffman, 1975: 218) e as Paneleiras como a equipe de atores que cooperam para se apresentar à platéia.

Todos os eventos que envolvem e afetam seres humanos são sociais (Gluckman, 1987), e é por esta ótica que a festa pode ser pensada. A Festa das Paneleiras é uma forma de expressão pública do grupo. Foi um marco no processo pelo qual as mulheres, passo a passo, construíram sua identidade. A festa legitimou a tradição das mulheres mediante a ação institucional da Prefeitura, ao mesmo tempo em que a própria "tradição" legitimou a ação política da Prefeitura com relação à cultura e ao turismo.

---

[14] Um estudo sobre o comércio de arte africana analisou como o mercado esconde e mistifica o trabalho humano que envolve os objetos, ou melhor, as mercadorias. O autor fala numa cumplicidade entre os consumidores, que acabam por destituir a humanidade contida no objeto, como se este existisse por si. Em conseqüência, o trabalho de arte torna-se socialmente reprimido, pois os comerciantes e os consumidores retiram do objeto os traços de sua produção e acreditam atribuir ao objeto um valor que não reconhecem (Steiner, 1994).

[15] **A Gazeta** – Vitória, quarta-feira, 18 de julho de 1990.

[16] Em 1997, o prefeito propôs, como estratégia de marketing cultural, que as Paneleiras fizessem a "maior panela do mundo" para figurar no "Livro dos Recordes" e ser apresentada na Festa.

## Lutas de uma construção

Paralelamente à conquista deste novo espaço, as mulheres começaram a se organizar para um empreendimento ainda mais significativo: a permanência e a própria existência desta categoria sócio-profissional. Neste período, o acesso ao barro, matéria-prima das panelas, sofreu ameaça de interdição. O lugar do Barreiro foi decretado de utilidade pública, tendo sido desapropriado pelo governo do Estado para a construção de uma estação de tratamento de esgotos[17]. A partir de então, as mulheres passaram a centrar seus esforços para garantir a manutenção do Barreiro[18], era reivindicado como fonte de matéria-prima da produção do grupo e significava a continuidade e uma fonte "inesgotável", que garantia a existência desta estrutura que as mulheres criaram para si. Esta ameaça real mobilizou as Paneleiras numa campanha sem trégua, envolvendo autoridades municipais e estaduais.

> "*É nosso ganha pão, mas os turistas, os artistas vem tudo aqui ver nosso trabalho. Isso aqui é uma chama. O nosso trabalho é um ponto turístico. Agora mesmo a gente tem uma encomenda de mil panelas dessas aí, para fora do país. Por isso que o governo não pode perder. Como é que o nosso estado pode perder isso?*" (Bernanci Gomes, 1993)

Esta ação desencadeou o processo de invenção da tradição[19]. A invenção de uma tradição surge como uma reação a situações novas ou como referência a situações anteriores, configurando-se como um contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno, numa tentativa de estruturar de maneira "imutável" e "invariável" alguns aspectos da vida social (Hobsbawm, 1997). A invenção então seria uma maneira de lidar com a mudança e pressupõe um grau de adaptação e flexibilidade para reinventar o que pode se constituir como permanente. O Barreiro, fonte da matéria-prima dessa tradição, parte do território assim como Goiabeiras, passou a simbolizar o movimento das mulheres em busca de uma legitimação "ancestral" do seu fazer, como se a matéria-prima fosse exatamente a mesma de antes, a mesma usada por suas antecessoras, já que retiravam o barro dali desde que começaram a fazer panelas.

> "*Não acrescenta nada, só água, pra ficar no ponto da gente fazer. Nós precisamos do Barreiro. Toda vida, o Barreiro é antiqüíssimo, tem mais de 300 anos.*" (Bernanci Gomes, 1993)

> "*Agora tá arriscado a perder até o Barreiro, o governo não quer se comprometer. Aí a gente tem que fazer uma manifestação de qualquer jeito. Aquele barro ali, pelo direito, nós temos direito nele, porque aquele barro ali... já tem mais de 400 anos que a gente tira barro ali, pessoal que já tiraram, minha avó, morreu com 105 anos e já fazia panela há muito tempo.*" (Melcheadia, 1993)[20]

As mulheres lutavam pelo que acreditavam ser seu por direito, mas também para serem "reconhecidas". O discurso buscava enfatizar o "direito" alcançado pela tradição, pela continuidade com o passado e pela posse da matéria-prima. A ancestralidade legitimava este direito: suas mães retiravam o barro do mesmo lugar, suas avós fizeram o mesmo, talvez até as bisavós. Logo, o lugar lhes pertencia[21]. Mediante a reivindicação do "direito" à matéria-prima, as mulheres reivindicaram também um espaço político, isto é, a luta pelo direito ao acesso à matéria-prima levou à organização do grupo com base em suas características particulares: todas eram moradoras de Goiabeiras Velha, e todas estavam vinculadas a um passado, requisito da tradição.

---

[17] A Companhia Espiritosantense de Saneamento, responsável pelo projeto, financiado pelo Banco Mundial, argumentava não haver outro local para a construção da estação; as Paneleiras, em contrapartida, mencionavam a singularidade da argila coletada no Vale do Mulembá e sua inexistência em outro local conhecido.

[18] O lugar de onde as mulheres retiram o barro, a jazida de argila, situada no Vale do Mulembá. Segundo relatos das paneleiras, o barro para a confecção das panelas sempre foi retirado nesta mesma localidade. O barro é retirado com enxada, por homens, de um buraco de aproximadamente 1 metro de profundidade e 10 metros de diâmetro. A região do Vale está preservada da ocupação embora existam, ainda hoje, diversos empreendimentos projetados para a área, inclusive imobiliários. O terreno argiloso está coberto de vegetação e segundo a Empresa de Saneamento a jazida irá se esgotar nos próximos anos.

[19] Por 'tradição inventada' entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBSBAWN, 1997).

[20] A sua fala mostra a memória "centenária" sendo formada, e são estas falas que vão compor o corpo ancestral do grupo, legitimando, pela antigüidade, o direito que servirá de base para a institucionalização do grupo.

[21] A construção dos quatrocentos anos de tradição foi se dando pouco a pouco. Recortes de jornal organizados por Julimar mostram que, inicialmente, falava-se em 200 anos. Atualmente busca-se origens ainda mais distantes ou "mais legítimas", fala-se na herança negra e também na indígena, de modo que as Paneleiras representassem o que há de "mais autêntico".

A prefeitura do PT atuou como interlocutora, intercedeu junto ao governo do Estado pela desapropriação da área para garantir o fazer das Paneleiras e auxiliou-as a se organizarem. A empresa de saneamento suspendeu a obra devido à pressão e se propôs a pesquisar solos da região em busca de uma nova jazida com as mesmas características da argila que as Paneleiras utilizavam. Foi firmado um acordo garantindo que a obra não prosseguiria enquanto não fosse encontrado outro barro aprovado pelas Paneleiras.

A luta pelo Barreiro encarna a constituição da Associação e dá forma a um corpo coletivo que adquiriu o status de categoria, uma identidade social e uma ação política capaz de incidir no contexto cultural e social do Estado. As artesãs, organizadas e apoiadas pela Prefeitura petista, alcançaram a mídia impressa e eletrônica; seus atos, tornados públicos, colocaram-nas no panorama político-social da cidade. A articulação com diferentes instâncias políticas possibilitou a difusão do trabalho e de seus elementos físicos e simbólicos. Com a campanha pelo Barreiro, as Paneleiras e sua Associação acabaram por legitimar o seu trabalho, o seu fazer. Dos quintais nos fundos das casas, foram pouco a pouco ganhando as ruas.

## Marcando fronteiras: fazendo e desfazendo alianças

Este ganhar as ruas trouxe mudanças significativas para a dimensão do trabalho cotidiano e a vida familiar. As encomendas criaram compromissos profissionais que passam a ocupar o espaço dos compromissos familiares. A dinâmica se alterou: antes, o trabalho era uma opção possível de conciliação com o universo doméstico e familiar, mas a família se voltou para a esfera pública por imposição do trabalho. Elas perceberam as transformações, principalmente com relação à imagem que tinham de si mesmas. Até então, tinham vergonha de ser Paneleiras, categoria que não possuía nenhum atributo positivo de valor. As panelas deram acesso a bens de consumo que antes não existiam em suas vidas cotidianas. Esta é uma possibilidade ou função do artesanato em contextos sociais de mudança, quando a preservação das formas e o aumento na produção e venda visam a aquisição de bens materiais e a permanência no território (Ribeiro, 1987). A autora aponta, como conseqüência deste processo, uma interferência externa nas atividades rotineiras, que avalia positivamente por ser também uma forma de fortalecimento da identidade étnica.

A criação da "tradição" se deu a partir do momento em que as Paneleiras passaram a pertencer ao sistema do qual a panela é símbolo e se tornaram parte desse símbolo. A tradição é um atributo de valor, inculcado pelos agentes institucionais como estratégia para inserir as Paneleiras no quadro político cultural capixaba. Pertencer a uma tradição cultural que mantém características inalteradas é uma forma de garantir a manutenção do status social. O valor da tradição é atestado por aqueles que têm o poder de legitimar o papel social que elas reivindicam. A institucionalização da categoria transformou de tal maneira o significado do trabalho que, inicialmente reconhecido como informal, passou, numa via de mão dupla, a ser considerado "tradicional" e parte do patrimônio da cidade e do Estado. Quando Buaiz assumiu o governo em 1994, as paneleiras passaram a representar a cultura do Estado[22].

Os objetos da cultura material têm uma função demarcadora de fronteiras (Ribeiro, 1987). Através dos objetos tornam-se visíveis as identidades dos grupos que os produziram. Os objetos possibilitam uma marcação para dentro e para fora, pois permitem às mulheres reconhecer sua singularidade e aquilo que as torna Paneleiras nos objetos que fabricam e no contexto social da produção. Para permanecerem como "legítimas" produtoras das panelas no confronto no mercado com outros produtores de panelas de barro, as paneleiras transformaram o próprio processo de trabalho em elemento diferenciador. Assim, as Paneleiras de Goiabeiras se distinguem, por oposição, dos que fazem panelas no torno. Aqui, a noção de identidade social, categoria construída, pode ser pensada num processo que se efetiva a partir da constituição da alteridade e de uma interação. Identificação implica em afeto e vivência corporal. Este é um mecanismo pelo qual se identifica e se é identificado (Ribeiro, 1987).

[22] Foi gravado um vídeo-documentário com as Paneleiras, pelo Governo do Estado ("Sacerdotisas do Barro") amplamente veiculado pela mídia, como também pelo governador em suas visitas oficiais fora do país. As Paneleiras passaram a representar a cultura do Estado, uma estratégia de ação política que buscava valorizar as expressões tradicionais.

As mudanças são constantes e indicam a continuidade e o dinamismo do processo. O jogo de forças sociais não pode ser predeterminado; as relações e alianças, bem como o contexto político do estado e do município não são previsíveis nem imutáveis. Existem dois aspectos em todas as relações sociais, um de divisão, em que interesses divergentes tendem a romper a relação, e outro de fusão, em que os laços comuns em um sistema de coesão social reconciliam interesses divergentes. "Divisão e fusão são inerentes à natureza de uma estrutura social" (Gluckman, 1987: 297). As relações da diretoria da Associação com o poder público podem ser pensadas à luz da dualidade destes aspectos.

A dinâmica do processo que elas operam comporta múltiplas trajetórias, com direções e sentidos distintos, que dependem das relações estabelecidas em determinados períodos. O acordo com a empresa de saneamento do Estado no tocante ao Barreiro foi feito para garantir a matéria-prima, mas acabou gerando outros itens, como o custeio de viagens para participar em feiras de artesanato, defendido pelas Paneleiras como necessário para que pudessem representar o artesanato capixaba. Desta maneira, a partir da luta pela posse do barro, iniciou-se um processo de aliança com o poder público que não se limitou ao partido político que lhes deu apoio e levou a uma ação mais abrangente de troca, em que as administrações seguintes divulgaram sua imagem através do apoio aos "produtores culturais", às Paneleiras, que conseguiram se estabelecer como um grupo com identidade profissional de forte conteúdo para a cultura do estado e da cidade.

As negociações são constantemente atualizadas. O apoio institucional se renova principalmente por ocasião da realização da Festa. O evento é uma celebração desta aliança política, em que as mulheres ocupam seu espaço público. Como anfitriãs, recebem aqueles que as apóiam, reconstruindo laços e firmando compromissos. A cada ano a Festa cresce, com um aumento de público e de sua importância no calendário oficial de eventos municipais.

No decorrer dos anos, a aliança com a Prefeitura permitiu fortalecer a estrutura organizacional da Associação. A diretoria, numa relação de mão dupla com o governo municipal, estrategicamente encaminhou seus interesses. O grupo se apóia numa rede de parentesco que, entre as Paneleiras "tradicionais", refere-se ao lugar que ocupam socialmente pois, sendo descendentes diretas de uma geração de Paneleiras, são reconhecidas como "autênticas" e estão habilitadas a exercer o papel que suas mães legaram como herança, como "direito". Ser filha, neta, ou bisneta de Paneleira atesta a legitimidade do lugar que ocupam socialmente, no caso também a presidência da Associação, que desde sua criação foi exercida por uma mesma família.

À primeira presidente se sucederam suas sobrinhas, Marinete (dois mandatos) e sua irmã, Berenícia (quatro mandatos). As três são identificadas como legítimas Paneleiras porque nasceram em Goiabeiras Velha e aprenderam com suas mães ou avós, o que as autoriza a ensinar[23]. O restante da direção é formada a partir das relações de parentesco, justificada também pela tradição. As decisões são tomadas em encontros familiares, no almoço, ou com um café no quintal de casa. A continuidade deste grupo possibilitou um alcance político regional bastante expressivo. A equipe domina as estratégias de negociação com o poder público, tendo consciência de seu lugar no cenário político e cultural nas esferas municipal e estadual.

A diretoria da Associação concentra as decisões e os encaminhamentos, o que tem gerado conflitos internos ao grupo. Muitas se sentem prejudicadas em virtude de um favorecimento pessoal atribuído à diretoria e principalmente à presidente e seu núcleo familiar[24]. Marinete e Berenícia assumem

[23] Marinete é um exemplo de que a transmissão e o aprendizado das panelas podem ser feitos em grupo. Filha de Paneleira, o que ela faz questão de reafirmar para atestar a legitimidade do lugar que ocupa, só começou produzir panelas aos 17 anos, após o casamento e o nascimento dos primeiros filhos, como aliás ocorre com grande parte das mulheres. O marido a princípio não aprovava que ela trabalhasse, mas acabou cedendo porque o trabalho podia ser feito em casa e porque, com a chegada dos filhos, o orçamento doméstico já não podia provir de uma única fonte. Embora tenha aprendido com a mãe quando menina, o aprendizado não foi sistematizado em um conhecimento sedimentado. Foi com a tia Melcheadia, depois da morte de sua mãe, que Marinete, aos 17 anos, consolidou o saber/fazer do trabalho que faz até hoje. Assim foi com suas irmãs Eonete e Berenícia, cujo quintal estava ligado ao da tia. Tia e sobrinhas falam do rigor da aprendizagem. Hoje Marinete é considerada Paneleira tradicional e tem papel de mestra, que vem desempenhando nos últimos dez anos. Ela ensinou as cunhadas e também outras Paneleiras. A legitimidade do aprendizado é garantida pela "autenticidade" do mestre, o que significa ser uma das Paneleiras de "tradição".

[24] Débora é cunhada de Marinete e Berenícia, e com elas aprendeu a fazer panelas. Marlene por sua vez aprendeu com a sogra. A rede de parentesco amplia-se, incorporando novos membros. Muitas Paneleiras não são nascidas em Goiabeiras, não são "herdeiras consangüíneas" da "tradição", tendo sido agregadas através do casamento - como ocorre com Marlene, Zélia e outras - o que lhes permitiu pertencer a este ambiente e ter acesso ao aprendizado. As relações entre sogras e noras, cunhadas, tias e sobrinhas, madrastas e enteadas e primas são distintas da relação mãe-filha. Seu caráter é formal e o aprendizado dirigido, intencional, pela necessidade de adquirir um saber que possibilite um retorno financeiro.

funções que a maioria não quer assumir e não há disputa. A eleição para a diretoria tem sido o referendo de uma chapa única, composta de modo a contemplar os núcleos familiares daquelas reconhecidas pela tradição. Berenícia e Marinete fizeram parte do grupo que desde o início atuou junto aos agentes da prefeitura petista e que se emancipou ao assumir a atividade de Paneleira como principal atividade econômica da família.

Todavia, novos vínculos são construídos, para além dos laços consangüíneos. Os conflitos intragrupo não aparecem fora do cotidiano do trabalho e das relações familiares, intermediadas pela fé. Todas são evangélicas, freqüentadoras das Igrejas Maranatha e Universal. A identidade religiosa às vezes é acionada para amenizar conflitos no grupo em torno de privilégios e oportunidades de vendas das panelas. Van Velsen (1987) fala nas escolhas individuais quanto à relação de parentesco que se deseja utilizar, segundo os objetivos e a situação. Ele ressalta que o comportamento não é determinado unicamente pelo parentesco, mas também por relações baseadas em agrupamentos residenciais, por exemplo, e isto, em Goiabeiras, significa um fortalecimento pela ocupação de um mesmo território.

Também as relações com os agentes do Estado são acionadas a partir de trocas pessoais em que a cordialidade e a amizade são determinantes. Em 2001, a disputa pelo Barreiro voltou à pauta de negociações. Uma ampla mobilização fez de Goiabeiras o palco das manifestações culturais da cidade. Artistas, políticos e intelectuais, mobilizados pela Secretaria de Cultura deram apoio às Paneleiras. O governo do Estado voltou a insistir na construção da estação de tratamento de esgoto no local do Barreiro. A Prefeitura, em contrapartida, propunha para a área um complexo de lazer e um Museu das Paneleiras, mas para isso o Estado teria que doar o terreno. Em determinado momento das negociações, entre propostas de desapropriação, doação, construção de museu, parque ecológico e uma série de outros projetos, as Paneleiras se sentiram usadas na disputa. Enxergaram falsas alianças no encaminhamento da Prefeitura. Como estratégia de convencimento, o governo do Estado levou um grupo de Paneleiras ao Rio Grande do Sul, para conhecer uma estação de tratamento de esgoto, nos moldes do que pretendiam construir em Vitória. As mulheres autorizaram a construção da estação de tratamento de esgoto numa pequena área no Barreiro, em troca da garantia de extração do barro até o esgotamento da jazida[25]. Em 2002 houve eleição para a diretoria com uma chapa única e estiveram presentes na festa da posse representantes dos governos estadual e municipal, adversários políticos. A aliança com a equipe da prefeitura havia sido rompida. Em 2003 e 2004 não houve Festa das Paneleiras, em virtude do rompimento com a Prefeitura[26].

As mulheres ocupam um lugar político-social na sociedade capixaba, em Goiabeiras e em suas casas. A consciência do novo papel, em que um "novo mundo" interioriza-se na consciência (e esta se projeta em repetições futuras), a inserção social, a legitimação que provém do processo de institucionalização, incorporaram novos significados ao fazer e ao papel que passaram a desempenhar, do qual muito se orgulham. Reconhecem-se "fazedoras" de algo simbolicamente legitimado pela cultura regional, percebem-se capazes de criar politicamente seu espaço, de ocupá-lo e reivindicá-lo. O mundo social transforma-se através da dimensão do trabalho. "Optar" por ser Paneleira significa posicionar-se política e socialmente. As mulheres passaram a ser Paneleiras, categoria de identidade do grupo, a partir de uma a ação política que, ao invés de representar uma dependência e um compromisso com vínculos partidários, representou uma possibilidade de autonomia. A Associação permitiu às mulheres aceder a mecanismos institucionais até então inacessíveis. A Associação definiu um novo padrão, e as políticas públicas petistas criaram as condições para a definição da identidade de Paneleira, identidade social que existe em função de uma intervenção do poder público, já que antes elas eram artesãs, mas não Paneleiras. Surgiu então um novo padrão histórico de interação intragrupal (Hall, 1993).

O valor da panela traz agregado o valor do trabalho, do modo de fazer. A panela, símbolo da cultura capixaba, é legitimada pelo reconhecimento de sua autenticidade, por ter sido fabricada pelas Paneleiras de Goiabeiras. As Panelas são o objeto

---

[25] No acordo com o governo do Estado foram negociados alguns bens e serviços. As mulheres receberam um carro, tipo "van", uma filmadora, um computador, além de outros equipamentos. Estes dados foram levantados fora do trabalho de campo, de modo que não são suficientes para uma análise mais pormenorizada sobre a organização do grupo e os conflitos que estas novas estratégias e alianças podem ter gerado.

[26] A Secretária de Cultura do município, que desde 1996 acompanhava o trabalho com as Paneleiras, foi afastada do cargo. A presidente da Associação responsabiliza-a pelo rompimento, pois sentiram-se tratadas com descaso.

da representação do grupo, que assim se identifica por fazer a mesma panela, do mesmo modo, no mesmo lugar e com a mesma matéria-prima[27].

A identidade coletiva é também estratégia de um grupo que percebe a importância da manutenção de suas práticas, pois estas representam uma tradição, que foi inventada e é reinventada pelas paneleiras, na dinâmica de alianças políticas que se constroem, desconstroem e reconstroem a cada dia.

As histórias de vida são diversas mas, de certa forma, compõem uma biografia coletiva.

## Quem são as Paneleiras

Os sobrenomes variam pouco: Correa, Rodrigues, Lucidato, Vitória, mas a rede se amplia geração após geração. As relações de parentesco são vividas de forma intensa: primas, tias, todas relacionam-se entre si, embora haja núcleos com maior intensidade, com uma linhagem direta por via materna, principalmente entre as(os) filhas(os) e suas mães.

Filha, sobrinha e irmã de Paneleiras, Marinete é mãe das também Paneleiras Rosemary e Rejane. Foi Presidente da Associação por três mandatos consecutivos, esteve à frente da entidade durante sua formação. Em 1993 fez uma cirurgia cardíaca e em 1996 se submeteu a quimioterapia. Trabalha quase diariamente; as filhas queimam para ela e às vezes moldam suas panelas, para que o estoque da mãe não diminua[28]. Sua irmã Berenícia é casada e mãe de dois filhos homens, um deles falecido. Vive com o marido, que tem emprego relativamente estável. Presidente da Associação de 1996 a 2002, esteve sempre ligada à diretoria, quando sua irmã Marinete era presidente. Assumiu a presidência quando a irmã se afastou por motivo de saúde. Berenícia e Marinete foram responsáveis diretas pelos acordos firmados com os governos municipais e estaduais. Eonete é a irmã mais velha das duas primeiras e trabalha com as irmãs, moldando panelas para elas quando ambas estão ocupadas com a Associação. Já viveu no Rio de Janeiro, onde foi empregada doméstica. Cecília é prima em terceiro grau de Marinete. Zélia, cunhada de Marinete, é casada com Ronaldo, com quem tem quatro filhos. Suas duas filhas mais velhas a ajudam. Débora, casada com Ronildo, aprendeu a fazer panelas com as cunhadas. Ronildo, irmão mais novo neste grupo, trabalha com panelas desde que perdeu o emprego de trocador de ônibus.

D.Laurinda, viúva, era a mais antiga Paneleira do grupo[29]. Mãe de Laureci, Adelaide, Margarida, Lucilinia e Maria Nilce (Cicinha, falecida em 1998), todas trabalhando na produção de panelas. Foi lavadeira. Mora sozinha e trabalha em casa, no pequeno quintal que lhe sobrou. Suas filhas queimam para ela. Laureci, nascida em Goiabeiras, é filha de Paneleira e mãe de quatro Paneleiros: Lauriete (Liete), Luciete, Luciana e Cacá. Enviuvou cedo e criou nove filhos. Vive numa casa de tábuas e enfrenta dificuldades econômicas. Não tem compradores fixos, vende suas panelas para revenda e ganha menos por isso. Cacá, filho mais novo de Laureci, sempre acompanhou a mãe no galpão e aprendeu a fazer panelas quando era seu ajudante. Atualmente tem produção própria, mas ajuda a mãe na queima e em outras etapas. Margarida, filha mais velha de Laurinda, é mãe de Sandra, Ivone, Leone e Sonia. Todas trabalham no quintal de casa, e não se envolvem diretamente com a Associação. São muito respeitadas por sua ascendência e são reconhecidas como Paneleiras autênticas. Lucilinia trabalha há 10 anos como Paneleira, quando retornou a Goiabeiras depois de viver por quase 30 anos no Rio de Janeiro. Casou-se e quando o marido se aposentou voltou a viver junto da família, em uma boa casa que construiu no Beco Lucidato, que leva o nome de seu pai e onde moram sua mãe e três irmãs. Carlinhos, 39 anos, filho de Adelaide, neto de D.Laurinda, trabalha com as panelas desde o início da Associação. Nilcea, filha de Cicinha, começou a trabalhar com panelas só depois de casada, quando solteira trabalhava em uma casa lotérica.

Melcheadia, nascida em Goiabeiras, é neta, bisneta e mãe de Paneleira. Foi a primeira presidente da Associação. Depois de um

---

[27] Em 21 de dezembro de 2002, as paneleiras foram inscritas no Livro dos Saberes, na 37ª reunião do Conselho Consultivo do IPHAN.

[28] As filhas de Marinete queimam para ela e terminam suas panelas, pois ela não está em boas condições de saúde. Laureci, D. Bernanci e D. Domingas também contam com filhas e filhos para a queima. D. Domingas tem privilégios no fornecimento das cascas do mangue, pois é seu filho Iraldo quem as retira, fornecendo às demais o que a mãe dispensa. Há um respeito à autoridade materna, e muitas vezes ocorrem brigas entre primas, quando algo feito por uma é interpretado como falta de respeito com a mãe da outra.

[29] Laurinda Lucidato faleceu em 2005.

afastamento temporário, faz parte da diretoria. Paneleira "tradicional", ensinou sua arte a algumas mulheres que hoje trabalham por conta própria. Por muito tempo ligada ao Galpão mas sempre trabalhando em casa, onde vende suas panelas. Passou o seu galpão para Ronildo, seu sobrinho. Tem compradores fixos e mantém uma intensa produção. Sua casa, antes de tábuas, é hoje uma confortável casa de alvenaria, onde mora com a filha Alceli[30] e a neta.

Bernanci, nascida em Goiabeiras, é filha de D.Ana, conhecida pelos folcloristas da década de 1950 por seus bonecos no barro. É mãe de cinco filhos, dos quais só uma trabalha como Paneleira, apesar de outros participarem da atividade. Dois de seus filhos homens costumam ajudá-la. Trabalha no Galpão desde sua construção. Paneleira tradicional, é muito respeitada por ser uma das melhores artesãs. Inete e Lailson também trabalham com as panelas, ajudando a mãe e fazendo as próprias.

Valdinéia é parente de Laureci. Solteira, sem filhos, já trabalhou em casa de família e fazendo enfeites para festas de aniversario.

Palmira e sua irmã Silvana trabalham no galpão diariamente e participam dos projetos da Associação, incluídas as viagens para as feiras de artesanato. Dionara, filha de Palmira, trabalha há alguns anos no galpão. Silvana tem uma neta que trabalha como ajudante, queimando, alisando ou escolhendo o barro. Nascidas e criadas em Goiabeiras, são filhas e netas de Paneleiras.

Iraci (D.Domingas), viúva, é filha de paneleira e mãe de Eronildes, Evanilda, Eonete, além de Eraldo e Eolindo, que trabalham retirando as cascas das árvores do manguezal.

## REFERÊNCIAS


BERGER, P.L. & LUCKMAN, T., 1996. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes. 247p.

DIAS, C.C.,1999. **"A tradição nossa é essa, é fazer panela preta" – Produção material, identidade e transformações sociais entre as artesãs de Goiabeiras – Vitória do Espírito Santo.** Rio de Janeiro. 173p. (il.) Dissertação (Mestrado em História da Arte, área de Antropologia da Arte) - Escola de Belas Artes, UFRJ.

GLUCKMAN, M., 1987. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Ed.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Editora. p. 227-344.

GOFFMAN, E., 1975. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes. 233p.

HALL, S., 1993. Novas e Velhas Identidades, novas e velhas etnicidades (mimeo).

HOBSBAWM, E., 1997. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E. & RANGER, T. (Orgs.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 9-24.

OLIVEIRA FILHO, J.P., 1998. Uma Etnologia dos "índios misturados". Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, **4**(1):47-73.

RIBEIRO, B., 1987. Artesanato Indígena: para quê e para quem? In: FUNARTE. **O artesão tradicional e seu papel na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore. p.11-28.

STEINER, C.B., 1994. **African Art in Transit**. Cambridge: Cambridge University Press. 240p.

VAN VELSEN, J., 1987. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Ed.) **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global Editora. p.345-374.


[30] Alceli, que já fazia parte da diretoria da Associação, assumiu a presidência da Associação das Paneleiras na chapa eleita para o período 2004-2006.